

**4º SEMINÁRIO
BRASILEIRO
DE ARQUITETURA
VERNÁCULA POPULAR:
TRADIÇÃO E CONTEMPORANEIDADE**
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE . ESCOLA DE ARQUITETURA E URBANISMO

**CASA DE ANA MAYWORM E MUSEU CASA DO COLONO:
REFLEXÕES SOBRE PATRIMONIALIZAÇÃO DE
EXEMPLARES VERNACULARES**

***CASA DE ANA MAYWORM Y MUSEO DE LA CASA DEL COLONO: REFLEXIONES
SOBRE LA PATRIMONIALIZACIÓN DE EJEMPLARES VERNÁCULOS***

***“CASA DE ANA MAYWORM” AND “MUSEU CASA DO COLONO”: COMMENTS
ON VERNACULAR HERITAGE***

EIXO TEMÁTICO: 03 - Arquitetura vernácula popular: memórias, documentação e preservação.

FONSECA, Thiago Santos Mathias da

Arquiteto e Urbanista pela Universidade Federal Fluminense (UFF); especialista em Patrimônio Cultural pelo Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET/RJ); pós-graduando em Conservação e Restauração do Patrimônio Cultural Edificado pela Fundação Joaquim Nabuco – FUNDAJ. Arquiteto e Urbanista na Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro – SEFAZ.

thiagosmfonseca@gmail.com

RESUMO

A cidade de Petrópolis/RJ é conhecida como Cidade Imperial, e seu tecido urbano está associado às diretrizes de ordenamento territorial do Plano Koeler. O amplo patrimônio protegido em seu território é, de maneira geral, associado à arquitetura residencial aristocrática do século XIX, contudo, existem importantes exemplares dos colonos fundadores. Nesse sentido, a partir da perspectiva dos tombamentos federais, este artigo busca compreender como os processos de patrimonialização lidam com duas edificações que remontam ao início da história petropolitana – o Museu Casa do Colono e a Casa de Ana Mayworm. Veremos que, para o primeiro, foi negado o tombamento individual, enquanto o segundo foi incluso na poligonal do bem tombado Conjunto Urbano-Paisagístico constituído pela Avenida Koeler, apesar da sua distância. Notaremos que, apesar da natureza vernacular de tais bens, os princípios que guiaram a decisão do reconhecimento ou não dessas casas ainda estão atrelados a preceitos de autenticidade através da singularidade. Finalmente, serão tecidas reflexões acerca da lógica adotada pelos órgãos de preservação.

PALAVRAS-CHAVE: Petrópolis; Museu Casa do Colono; Casa de Ana Mayworm; Patrimônio; Arquitetura vernacular.

RESUMEN

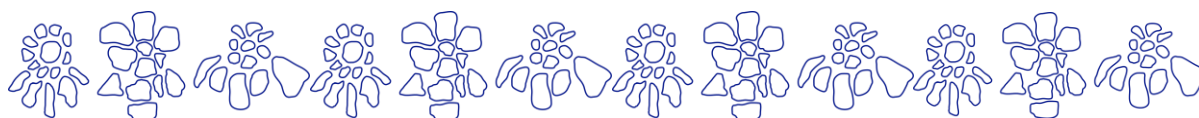
La ciudad de Petrópolis/RJ es conocida como la Ciudad Imperial, y su tejido urbano está asociado con las directrices de ordenamiento territorial del Plan Koeler. El amplio patrimonio protegido en su territorio está generalmente asociado con la arquitectura residencial aristocrática del siglo XIX, sin embargo, existen importantes ejemplares de los colonos fundadores. En este sentido, desde la perspectiva de los registros federales de patrimonio, este artículo busca comprender cómo los procesos de patrimonialización manejan dos edificaciones que datan del inicio de la historia petropolitana: el Museo Casa do Colono y la Casa de Ana Mayworm. Veremos que, para el primero, se negó el registro individual, mientras que el segundo fue incluido en la poligonal del bien protegido Conjunto Urbano-Paisajístico constituido por la Avenida Koeler, a pesar de su distancia. Notaremos que, a pesar de la naturaleza vernácula de tales bienes, los principios que guiaron la decisión de reconocer o no estas casas aún están vinculados a preceptos de autenticidad a través de la singularidad. Finalmente, se tejerán reflexiones sobre la lógica adoptada por los organismos de preservación.

PALABRAS CLAVE: Petrópolis; Museu Casa do Colono; Casa de Ana Mayworm; Patrimonio; Arquitectura vernácula.

ABSTRACT

The city of Petrópolis/RJ is known as the Imperial City, and its urban fabric is associated with the territorial planning guidelines of the Koeler Plan. The extensive heritage protected within its territory is generally associated with the aristocratic residential architecture of the 19th century; however, there are significant examples of the founding settlers. In this sense, from the perspective of federal heritage listings, this article seeks to understand how the processes of heritage preservation deal with two buildings that date back to the beginning of Petrópolis' history - the Casa do Colono Museum and the Ana Mayworm House. We will see that, for the former, individual listing was denied, while the latter was included in the polygon of the protected property, the Urban-Landscape Ensemble constituted by Avenida Koeler, despite its distance. We will notice that, despite the vernacular nature of such properties, the principles that guided the decision to recognize or not these houses are still linked to precepts of authenticity through uniqueness. Finally, reflections will be woven regarding the logic adopted by preservation agencies.

KEYWORDS: Petrópolis; Casa do Colono Museum; Ana Mayworm House; Heritage; Vernacular architecture.

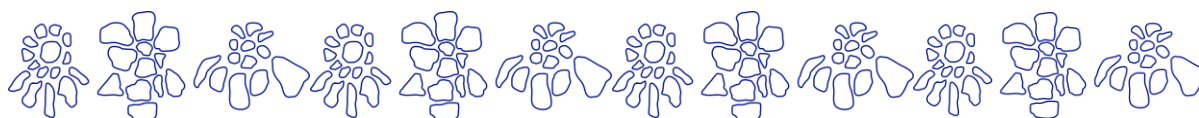


INTRODUÇÃO – O VERNACULAR COMO TESTEMUNHO DA FUNDAÇÃO DA CIDADE

Durante o século XIX, com destaque para a sua segunda metade, uma das pautas do Império Brasileiro foi a instituição de política de imigração europeia com o triplo objetivo de consolidar a ocupação do interior, substituir a mão de obra escravizada e promover o embranquecimento da população (IPHAN, 2011). Nesse contexto, em 16 de março de 1843, foi fundada, por meio de Decreto Imperial, a povoação de Petrópolis (RABAÇO, 1985), que em 1857 foi elevada à categoria de cidade (PIMENTEL, 1939). Para fins de ordenamento da sua ocupação, no mesmo ano foram indicadas as condições de aforamento, baseadas nas considerações feitas pelo Major Frederico Júlio Koeler, a quem foi delegada a responsabilidade do que podem ser compreendidas como as diretrizes do modelo de ocupação desse território (RABAÇO, 1985).

Apesar de Petrópolis ser atualmente mais conhecida pela sua condição de Cidade Imperial, forjada sobretudo a partir da segunda metade do século XX (MORAES, 2021), os momentos iniciais da sua fundação são caracterizados pela tentativa de estabelecimento de colônia agrícola alemã. Ao redor do Palácio Imperial, foram organizados os terrenos da Vila Imperial, na qual se instalaria a aristocracia, e, ao redor deles, os quarteirões coloniais, nos quais efetivamente se instalariam os colonos (RABAÇO, 1985); havia inclusive o interesse na instalação de centro de policultura para fins de abastecimento da Corte (PEREIRA, 2006). Os imigrantes ocuparam barracões temporários até meados de 1846, quando começaram a ser transferidos para os lotes dos quarteirões após a abertura de ruas (RESENDE; KNIBEL, 2018). A terra não se mostrou favorável à lavoura, e muitos dos primeiros habitantes saíram da cidade; os que ficaram, passaram a desempenhar funções alternativas (Ibidem). Relato de 1857 demonstra a frustração do modelo: “Julgo que Petrópolis não é e nem será colônia agrícola, mas sim um núcleo de trabalhadores e talvez com o tempo industrial e comercial. (...) além de capim e de algumas hortaliças que mal chegam para o consumo local, pouco há sido produzido. (RABAÇO, 1985, p. 94).

Em que pese o expressivo repertório arquitetônico relacionado à tipologia de arquitetura residencial aristocrática de veraneio, o sistema de arrendamento de prazos de terras era, essencialmente, dependente de imigrantes populares e de ocupação dos prazos de terra nos moldes de colônia agrícola. Tais moldes encontraram dificuldades de implementação, e prevaleceu o ideal de Petrópolis como cidade de veraneio da Corte. Nesse contexto, a arquitetura vernacular, em alguma medida preterida pelas proteções culturais incidentes na cidade,



representa importante testemunho histórico dos modos de habitar dos seus primeiros momentos, e sua natureza austera se contrapõe aos palacetes que marcam o imaginário petropolitano.

Diante da variedade do patrimônio edificado da cidade, por meio de dois estudos de caso, este trabalho buscará refletir sobre como os processos de patrimonialização a nível federal lidaram com a representatividade de exemplares vernaculares no rol dos bens protegidos, e quais os critérios utilizados para tanto. Os objetos deste artigo são o Museu Casa do Colono, para o qual foi indeferido o tombamento individual, e a Casa de Ana Mayworm, a qual, apesar de sua relativa distância em relação ao núcleo central, foi incluída no tombamento do Conjunto Urbano-Paisagístico constituído pela Avenida Koeler.



Figuras 1 e 2: À esquerda, Museu Casa do Colono em 2021; à direita, Casa de Ana Mayworm, também em 2021. Fonte: (respectivamente) IPHAN, 1973; Thiago Fonseca, 2021.

CARACTERIZAÇÃO PRELIMINAR DA ARQUITETURA VERNACULAR DOS COLONOS

Para fins introdutórios, é importante destacar alguns dos traços mais distintivos da arquitetura dos primeiros colonos petropolitanos. Em relevante estudo recente (COSTA, 2021), foi feito trabalho de sistematização dos elementos que caracterizam as principais tipologias residenciais existentes no território da cidade. Baseada em texto da década de 1980 constante no processo de tombamento do Conjunto Urbano-Paisagístico (IPHAN, 1962), que faz menção às diferentes produções arquitetônicas na cidade, a pesquisa levantou alguns tipos, dentre os quais encontra-se a “Casa de Colono”, sintetizada da seguinte maneira:

A casa do colono em Petrópolis é a tipologia mais simples do ponto de vista formal. O padrão mais modesto de habitação local, normalmente térrea. A fachada é estreita, alinhada à caixa da rua, com esquadrias que seguem a fórmula porta centralizada e duas janelas. O telhado normalmente apresenta duas águas e beiral simples. Em alguns exemplares podemos encontrar um sótão habitável refletido em uma abertura na fachada. O acabamento da fachada é normalmente feito em argamassa sem ornamentos. (COSTA, 2021, p. 8)





Figura 3: Av. Piabanha em seus primórdios, sem data. É possível vislumbrar pelo menos duas Casas de Colono. Apesar de não haver estudo sistemático sobre a tipologia e sua evolução ao longo dos anos, é possível que as primeiras casas do tipo apresentassem implantação paralela à via, e não perpendicular, conforme implantação típica que se consolidou para as residências petropolitanas ao longo do século XIX. Poucos exemplares que remontam à fundação da cidade remanescem. Fonte: Foto de R. Haack - Coleção José Kopke Fróes, Museu Imperial (IBRAM), código de identificação 1513-CF-P 12 - 12r.

Por outro lado, há carência de trabalhos que se dediquem à compreensão do programa arquitetônico da tipologia “Casa de Colono”. Em geral, a contribuição da imigração europeia na organização urbanística e no repertório arquitetônico de Petrópolis é frequentemente estudada como fenômeno isolado e inédito, sem aprofundamento comparativo com outras colônias alemãs instaladas, por exemplo, na região Sul do Brasil e no Espírito Santo. Trata-se de abordagem que, por meio da ênfase da peculiaridade do caso petropolitano, acaba por realçar, mesmo no campo vernacular, conceitos de singularidade e excepcionalidade que guiaram a política preservacionista durante o século XX (acerca do tema, ver FONSECA, 2005).

Em que pese não ser escopo deste artigo promover estudo sistemático do programa da “Casa de Colono”, entende-se ser pertinente resgatar as contribuições de Rölke (2016) acerca da arquitetura influenciada pelos imigrantes germânicos. O autor destaca que as condições climáticas na Alemanha propiciavam a concentração dos cômodos para fins de retenção de calor, razão pela qual, nesse contexto, a cozinha desempenhava papel fundamental na planta baixa; os quartos tinham dimensões reduzidas, e, eventualmente, poderia haver armazém em sótão. Por outro lado, essa disposição, no Brasil, foi dispersada na medida em que a cozinha passou a



compor cômodo separado do restante da casa: o aquecimento já não era uma necessidade tão rigorosa quanto na Europa, e havia o risco de incêndio. De forma semelhante, as construções assistem à adição de anexos funcionais – estrebarias, currais etc.

Weimer (2012), a propósito da contribuição dos imigrantes alemães, destaca que havia também a possibilidade da cozinha constituir anexo contíguo da casa. O autor menciona que a ocupação dos terrenos era realizada de maneira sucessiva: primeiramente uma edificação precária, posteriormente um volume referente à cozinha; outros relacionados à agropecuária, e, ao final, a casa definitiva. Nesse processo, havia situações em que a cozinha era agregada a um corpo principal por meio de telheiro, o qual posteriormente recebia vedação.

Em relação ao sistema construtivo, na região Sul houve emprego significativo de madeira, seja obedecendo à lógica de tabique, seja obedecendo à lógica de enxaimel. Em Petrópolis, contudo, os exemplares remanescentes são caracterizados por alvenarias tradicionais, bem como por coberturas em materiais que variam entre telhas cerâmicas e zinco. O trecho abaixo permite compreender que o emprego das estratégias construtivas passou por período de adaptações à realidade fluminense, de modo que o saber-fazer da Casa de Colono perpassa pela experiência empírica dos colonos-construtores sobre a adequação ou não dos materiais utilizados:

Abrindo picadas e clareiras na mata virgem, os colonos, reunindo-se em mutirão, do qual participavam mulheres e crianças, construíam suas toscas moradias em estilo campestre, denominado enxaimel, utilizando o material disponível, isto é: pedras e troncos de árvores. Com o correr do tempo, a instalação de uma serraria pelo Imperador, assim como de olarias particulares, permitiu substituir os precários barracões por construções de alvenaria. Uma tradição desses tempos primitivos era a cobertura das casas com tabuinhas de madeira em lugar das telhas de barro, recurso impróprio para o clima local, por demais chuvoso e úmido. (RABAÇO, 1985, p. 86)

De fato, por se tratar de imigrantes à margem de classes sociais mais favorecidas, técnicas tradicionais foram adotadas junto a outras estratégias construtivas que empregavam a obra prima local. Em banner do Museu Casa do Colono, constam importantes relatos sobre os momentos iniciais das construções dos colonos:

(...) Devido à falta de recursos, muitos se utilizaram de matéria prima nativa disponível em seus lotes, associados às técnicas construtivas com influências próprias de suas origens. Em um artigo sobre a colônia de Petrópolis no 'Jornal do Commercio' (24/08/1846), as moradias dos colonos eram descritas como "românticas cabanas, apesar da rusticidade, cobertas por folhas de palmeira, mas alegremente caiadas ou rebocadas de vidas cores, regularmente guarnecidas por pequenas janelas envidraçadas e separadas uma das outras por jardins e verdes hortas". Já um cronista do Jornal 'O Mercantil' (19/04/1846) descreve as construções, principalmente do Quarteirão Mosela, "são de esteios engradados em soleiras, paus a pique, ripas de taquaraçu e barro. Para rebocar as



paredes, servem-se de tabatinga, espécie de gesso natural que ali mesmo acham e que não custa nada” (banner 1 – corredor do Museu Casa do Colono).

No concernente às coberturas em “tabuinhas”, apesar de não encontrarem atualmente correspondência no contexto cotidiano petropolitano, essa prática construtiva foi utilizada em um dos exemplares objeto deste artigo como vedação externa, e desempenhou papel fundamental na patrimonialização, como veremos. Nesse sentido, Rölke nos traz a caracterização abaixo:

Era também no local da derrubada da árvore que se preparavam as peças de madeira para cobrir as construções, também chamadas de “tabuinhas”. O tronco da madeira braúna era cortado em pequenas toras de mais ou menos 50 centímetros de comprimento. uma lâmina de metal cortante, de mais ou menos 40 centímetros de comprimento e 10 de largura, presa a um cabo, era segurada por alguém, que a colocava numa das extremidades da tora. Com a tora em pé e a lâmina colocada, um segundo trabalhador deferia golpes com um porrete de madeira em cima da lâmina. Esta então cortava finas tábuas de 1 a 2 centímetros de espessura. A largura das “tabuinhas” girava em torno de 20 centímetros. Eventuais falhas ou lascas da madeira eram aparadas com facão, machado ou enxó. Depois, furava-se uma das extremidades da “tabuinhas”, introduzindo nela uma cavilha de madeira. Posteriormente também se usavam pregos. Com esta cavilha ou prego, a “tabuinhas” era assentada e presa nas ripas do telhado. (RÖLKE, 2016, p. 327)

Ressalva-se que os apontamentos introdutórios aqui feitos necessitariam de investigação ampla e sistêmica para fins de asserções em relação ao programa e procedência dos sistemas construtivos da “Casa de Colono”. É preciso, por exemplo, identificar as origens das ondas de imigrantes que chegaram a Petrópolis, e correlacionar a sua produção no território petropolitano com as tipologias vernaculares existentes na sua região de origem. De forma semelhante, seria necessário promover pesquisas e ensaios sobre os materiais, uma vez que, como já vimos, existe a tendência de fortes mudanças nas disposições da volumetria, o que acentua a relevância de compreender as fases das construções. Finalmente, sublinha-se que existem as Casas de Colono referentes aos anos iniciais do empreendimento da colônia agrícola petropolitana, mas também outras de momentos posteriores, não necessariamente construídas pelos imigrantes, as quais adotam a linguagem tipológica das primeiras e a incorporam em um contexto que, ao longo do século XIX, tornou-se predominantemente urbano.

Apesar dessas considerações, entende-se que o aporte geral e introdutório da arquitetura da Casa de Colono é suficiente para caracterização dessa tipologia, cujas filiações são identificadas nos dois exemplares a serem aqui estudados.



MUSEU CASA DO COLONO: UM TOMBAMENTO INDEFERIDO

Consta em Plum (2010) que os prazos de terra 1.632 e 1.633 foram aforados em 1847, quando o imigrante Johan Gottlieb Kaiser iniciou a construção da edificação que comporta o atual Museu Casa do Colono, uma das “primeiras habitações familiares de Petrópolis” (p. 243). Johan Kaiser, contudo, não era colono contratado, e foi morar na região serrana a convite de major Koeler, com quem chegou ao Brasil (Ibidem). Por outro lado, há notícia de que, efetivamente, o primeiro foreiro registrado na Companhia Imobiliária de Petrópolis é José Sutter, filho de Nicolau Sutter e Ana Maria Kaiser (IPHAN, 1973).

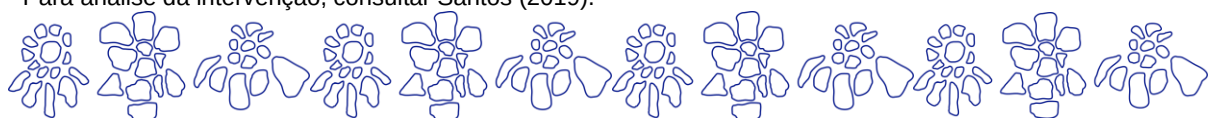
Apenas em 1963, através da Deliberação Municipal nº 1.782¹, foi suscitada a ideia de criação de uma instituição museológica dedicada à memória dos colonos (MESQUITA; VIEIRA; GÓES, 2019). A campanha para a escolha do imóvel se deu a partir de 1967; em 1973 foi efetivada a alienação do imóvel ao Município; e em 1976, o Museu foi aberto ao público (Ibidem, 2019). Parte significativa do acervo foi reunido por esforço do Clube 29 de Junho, que busca preservar a história dos colonos e seus descendentes (SANTOS, 2019).

A edificação é composta por um único volume em dois pavimentos; na parte posterior, há diferença na inclinação de cobertura que indica o anexo contíguo da cozinha. A partir das fotos existentes no IPHAN (1973), percebe-se que o sistema construtivo apresenta variadas técnicas: há paredes laterais em alvenaria de pedra; as paredes frontal e posterior são em alvenaria cerâmica; as vedações internas são em taipa, e consta que a cobertura primitiva era em zinco. Do ponto de vista da implantação, é interessante notar que, ao contrário do que geralmente acontece em Petrópolis, a linha longitudinal da casa não é paralela à linha longitudinal do lote.

Ainda em 1973, o prefeito de Petrópolis solicitou ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN - o tombamento do imóvel (Ibidem). Não há arrazoado que indique os valores que sustentavam o pedido, porém, breves apontamentos históricos acompanham a correspondência, assim como fotos do acervo do Museu Imperial que evidenciam a execução de obras recuperação² no imóvel logo antes da instalação da instituição museológica (ver figuras 4 e 5). Apenas em 2005 o pedido foi retomado, junto com outros quatro processos de tombamento

¹ Disponível em: <https://www.cespro.com.br/visualizarDiploma.php?cdMunicipio=6830&cdDiploma=19631782>; acesso em 28/03/2024.

² Para análise da intervenção, consultar Santos (2019).



referentes à herança de imigração europeia no Sul, que seriam contemplados pelo projeto de especialização “Os imigrantes na formação da nação” (PEREIRA, 2006).



Figuras 4 e 5: À esquerda, Museu Casa do Colono antes das obras; à direita, durante as obras. Fonte: (respectivamente) IPHAN, 1973, vol. 1, fls. 13 e 16.

No mesmo ano e no seguinte, foram realizadas vistorias com o intuito de avaliar o estado de conservação da edificação. À época, assinalaram-se problemas referentes às instalações elétricas, falta de extintores, assim como eventuais incongruências e insuficiências do acervo museológico, que possuía número muito limitado de peças oriundas da primeira família que habitou o imóvel. Tais considerações sobre o acervo merecem destaque, uma vez que a dimensão etnográfica referente à contribuição do colono era ponto importante para a pesquisa de especialização, e, em sentido contrário, nem sempre essa perspectiva era objeto de atenção nos processos de tombamento federal, que tradicionalmente se atrelam à arquitetura (ver FONSECA, 2005). Dessa forma, não apenas a edificação, mas também seu mobiliário e itens cotidianos são relevantes contextualizadores do período histórico abordada.

Outro aspecto sublinhado foram os atributos de inserção do imóvel (figura 6). Os laudos ponderam que, na época da construção, a casa encontrava-se em contexto rural, e que atualmente a vizinhança é urbana; por outro lado, assinalou-se que as redondezas são atualmente pontuadas predominantemente por edificações residenciais de um ou dois pavimentos, de modo que não haveria conflito imediato em relação o tecido urbano e a casa. Não obstante, foi suscitada preocupação com a possibilidade de adensamento a médio e longo prazo.



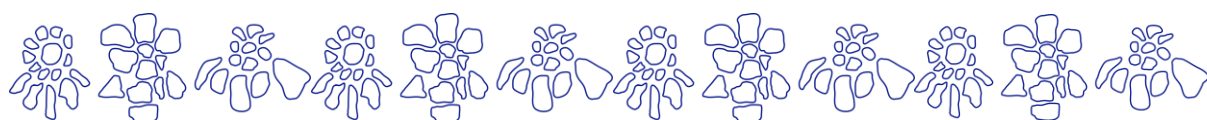


Figura 6: Tomada aérea da inserção urbana do Museu Casa do Colono. Notar, em comparação com a figura 7, a permanência dos atributos de morfologia urbana do Plano Koeler. Fonte: site do tour virtual do Museu Casa.

Em que pese as movimentações no início dos anos 2000, as tratativas experimentaram nova estagnação até 2012, quando os autos assistiram a novas movimentações. Memorando de maio elucida alguns dos motivos que ensejaram a nova paralisação:

(...) em primeiro lugar, a historiadora Pereira não teve condições de entregar o estudo específico sobre a Casa do Colono, pois sua bolsa de estudos se encerrou antes que isso fosse possível. Em segundo, havia – e ainda há – uma diferença de opiniões entre o abaixo assinado e a referida historiadora quanto ao valor do bem: a mesma defendia que o Museu do Clono deveria ser tombado ao nível federal, enquanto a opinião do autor dessas linhas é que o processo deveria ser encaminhado com indicação para arquivamento, por o bem não se revestir de características excepcionais que justificassem o acautelamento. Consideramos este último ponto particularmente relevante, pois em 2007 o IPHAN tinha acabado de realizar um tombamento com mais de cinquenta bens ligados à questão da imigração, o que, em nossa opinião, retiraria a validade de se tratar do assunto como se fosse um bem representativo de sua categoria: o próprio IPHAN tinha selecionado outros imóveis para dar esse valor. (IPHAN, 1973, vol.2, fls. 82-83)

O trecho acima evidencia que a análise de valor cultural do Museu Casa do Colono passou a adotar a representatividade do processo e imigração no contexto nacional, bem como recaiu sobre atributos excepcionais ou a falta deles. Diante de um recorte territorial mais amplo, a importância ilustrativa do processo de imigração na formação de Petrópolis foi diminuída em detrimento de outras colônias da região Sul, onde a contribuição da presença imigrante é, há décadas, objeto de reflexões.



Movimentações burocráticas nos anos seguintes demonstram dificuldades do IPHAN para as análises do grande volume de pedidos de tombamento, vários com décadas de idade. Assim, apenas em 2022 nova vistoria foi feita pelo órgão ao local, na qual não foram feitos apontamentos significativamente distintos dos que já haviam sido expressos em 2005 e 2006. A maior diferença foi a constatação de que a cobertura existente não corresponde à época de construção do imóvel.

Os autos seguiram para decisão final no setor competente da instituição em Brasília, que então era chefiado pelo autor do Memorando de 2012. Dez anos depois do referido documento, novo foi expedido, sugerindo indeferir o tombamento do Museu Casa do Colono nos seguintes termos:

Nossa opinião sobre o bem, formada desde as visitas de 2005/2006, baseia-se no fato de que o museu do colono é uma construção de arquitetura vernacular, em bom estado de conservação, com características da arquitetura alemã (estrutura interna em enxaimel). No entanto, não há no bem nenhum fato histórico relevante registrado e sua relação com a imigração alemã para o Brasil, apesar de ser relevante, já está amplamente representada em outros tombamentos, inclusive na própria Petrópolis, como é o caso da Casa Mayworm, inscrita como parte do conjunto da Av. Koeller (processo 662-T-62).

Mais importante, o tombamento de uma grande série de bens relacionados à imigração em Santa Catarina permite-nos afirmar que, do ponto de vista da representatividade histórica do processo histórico da imigração, já há um número mais do que suficiente de bens para ilustrar o processo, o Museu do Colono não sendo uma construção que se destaque em termos arquitetônicos, paisagísticos ou etnográficos. Pelo contrário, alguns dos bens tombados em Santa Catarina tem uma relação muito mais clara com o seu ambiente original, tem técnicas construtivas e plantas mais relevantes e ainda são construções usadas dentro de um contexto que se aproxima ao de sua construção original. Não há nada, portanto, de destaque no museu do Colono que permita sua inscrição nos livros do tombamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional por aspectos de excepcionalidade ou representatividade (IPHAN, 1973, Parecer Técnico nº 16/2022/CGID/DEPAM – SEI 3305887).

Percebe-se que a lógica da excepcionalidade foi aprofundada na medida em que, reconhecida expressamente a dimensão vernacular desse bem, o critério escolhido para identificação de valor foi a vinculação a fatos históricos memoráveis. Também a abordagem da singularidade ganhou nova faceta, uma vez que houve indicação de que exemplar similar já estava contemplado por outro tombamento federal em Petrópolis, que é a Casa da Ana Mayworm, como veremos adiante. Existiu ainda preocupação em relação ao contexto, uma vez que a linha de raciocínio empregada na manifestação sinaliza a existência de outras construções na região Sul cuja inserção paisagística melhor auxilia na compreensão da arquitetura de imigração.

A negativa foi corroborada pela presidência do Instituto e, ainda em 2022, o processo foi arquivado. Na contramão desse posicionamento, alguns anos antes, o Município, por meio do



Decreto municipal nº 517/2011³, tombou o Museu Casa do Colono (MESQUITA; VIEIRA; GÓES, 2019). Destaca-se que o Museu é o mais significativo equipamento público cujo programa é inteiramente dedicado à contribuição imigrante na formação de Petrópolis, inclusive com tour virtual, portal para digitalização de documentos e acervo em expansão mediante doações pontuais⁴.

CASA DE ANA MAYWORM: ESFORÇO DE REPRESENTATIVIDADE DA PROTEÇÃO

A proteção federal da Casa de Ana Mayworm está abrangida pelo tombamento do Conjunto Urbano-Paisagístico constituído pela Av. Koeler (proc. 0662-T-62 – IPHAN, 1962). O acautelamento foi solicitado pelo Instituto Histórico de Petrópolis (IHP) em função da iminência de demolição da edificação situada à Av. Koeler, nº 260, atual Palácio Sérgio Fadel, sede da Prefeitura. Em que pese a proposta de tutela se restringir inicialmente a esse imóvel, o arquiteto Paulo Barreto entendeu não ser pertinente a avaliação individual da edificação; em contrapartida, propôs o tombamento de vários logradouros na cidade, que depois foi recortado, por recomendação de Lúcio Costa, então chefe da Divisão de Estudos de Tombamento, à Av. Koeler. Segundo Damiano (2020),

Apesar do tombamento ser urbano paisagístico e não ter se dado pelo excepcional valor arquitetônico dos palacetes, pode-se dizer que a monumentalidade foi um valor determinante para a inscrição no Livro do Tombo. Nesse momento, os principais elementos paisagísticos elucidados relacionam as grandes dimensões dos lotes e das testadas do terreno, a implantação das residências em centro de terreno e também a grandiosidade destas construções. (p. 43)

De fato, ao longo dos autos, a definição das qualidades urbano-paisagísticas assumiu contornos mais claros, e foram associados ao plano de ocupação territorial idealizado pelo Major Koeler. Tal plano é caracterizado por estruturação fundiária a partir dos rios, os quais confrontam as testadas dos lotes que se estendem montanhas acima. Nesse contexto, a arquitetura se implementa na parte baixa por meio de escala que permite a compreensão do suporte geomorfológico através da fruição do sistema paisagístico formado pelos rios e pelas encostas vegetadas; de forma semelhante, para além da escala, as relações dos característicos afastamentos frontais e laterais, bem como o agenciamento das calhas dos rios e jardins frontais,

³ Disponível em: <https://www.petropolis.rj.gov.br/pmp/index.php/servicos-cidadao/diario-oficial?task=download.send&id=460&catid=133&m=0>; acesso em 28/03/2024.

⁴ Tour virtual: <https://tourvirtual360.com.br/casacolono/>; acervo digital: <https://www.museucasadocolono.com.br/>; ambos com acesso em 28/03/2024.



constituem os atributos espaciais mais frequentemente mencionados nesse conjunto (figura 7). Tal modelo foi adotado também em outras colônias de origem germânica no sul do Brasil (ver, por exemplo, PEREIRA, 2006; IPHAN, 2011).



Figura 7: esquema das premissas tradicionais básicas de ordenamento territorial do Plano Koeler. Fonte: Arquivo ETRS-IPHAN-RJ, com intervenção de Thiago Fonseca.

É importante destacar que, na configuração inicial do tombamento, não estava incluída nem a Casa de Ana Mayworm, nem outras áreas hoje tombadas. Isso se dá porque, à inscrição inicial no Livro do Tombo, foram acrescentadas outras extensões nas décadas de 1970 e 1980, à medida em que novas demandas de proteção foram surgindo frente ao avanço de questões relacionadas a especulação imobiliária e de mudanças de leis municipais (DAMIANO, 2020).

A extensão de tombamento que levou à inclusão da Casa originou-se em comissão constituída em 1979, a partir de projeto de lei que propunha a declaração de Petrópolis como “Monumento Nacional”. O grupo, constituído por entidades e órgãos federais, estaduais e municipais, tinha como objetivo uma abordagem ampla dos vários pedidos de tombamento direcionados ao IPHAN, assim como a avaliação do referido projeto de lei. Damiano (Ibidem) assinala que as inclusões foram feitas de maneira sucessiva, o que evidencia o temor de descaracterizações ao Conjunto.

Os trabalhos da comissão amadureceram a compreensão dos atributos paisagísticos oriundos do modelo de ocupação do território petropolitano. O seu processo de implementação foi



percebido de maneira mais ampla, e outras contribuições foram reconhecidas: nesse bojo, incluíram-se, por exemplo, conjuntos fabris apartados do núcleo central, os quais, sem necessariamente compartilhar das características urbano-paisagísticas que motivaram o tombamento, supostamente representam a evolução do Plano Koeler ao longo do século XIX. Em tal cenário, a inclusão da Casa de Ana Mayworm foi solicitada pelo Município, e a inscrição no Livro do Tombo foi efetivada de 1981; até então, não havia sido mencionada nos autos. Nesse sentido, fala da arquiteta Dora Alcântara, que participou das discussões, elucida a lógica das abrangências e inclusões:

Não só a parte do traçado urbano que era importante, mas, dentro desse traçado, a arquitetura que representava as diferentes classes sociais. Inclusive as fábricas e as vilas de fábrica. (...) Fizemos um primeiro tombamento, depois nós percebemos que estávamos pisando em um terreno que a gente não estava muito seguro ainda do que seria o ideal para ele. Mas a preocupação era essa: que todas as categorias sociais estivessem representadas em sua arquitetura, que o quadro de Petrópolis não fosse falso. E, nesse caso, por exemplo, a casa da Ana Mayworm era fundamental, quer dizer, era uma descendente de colono alemão, que tinha guardado as características (DAMIANO, 2020, p. 232)

A Casa de Ana Mayworm, atualmente em péssimo estado de conservação (ver figuras 2, 8 e 9), até hoje permanece com os herdeiros. O imóvel térreo é composto parcialmente por paredes de alvenaria cerâmica, tábuas e, em duas das paredes externas, por tabuinhas, que atualmente subsistem apenas em uma pequena extensão (figura 2). A cobertura se apresenta em telhas cerâmicas do tipo francesa, e a cozinha segue o sistema de implantação de cozinha apartada de maneira franca em relação ao volume principal.



Figura 8: montagem de fotos da Casa de Ana Mayworm, 2021. O volume refere-se à cozinha, a qual, nesse exemplar, constitui anexo à parte. A inclinação da cobertura é menos acentuada que na casa principal, e parte significativa das vedações é de tabique. Fonte: Thiago Fonseca.





Figura 9: montagem de fotos da Casa de Ana Mayworm, 2019 e 2020. À esquerda, visão da casa principal, conforme perspectiva de ladeira que lhe dá acesso; à direita, os volumes da cozinha (menor, à esquerda) e da lateral da casa principal (maior, à direita). Essa parede lateral já foi recoberta com as escamas de madeira. Fonte: proc. SEI IPHAN 01426.000105/2015-15.

Uma importante diferença entre o Museu Casa do Colono e a Casa de Ana Mayworm são as características de implantação. Apesar da urbanização, as vizinhanças do primeiro seguem a matriz fundiária clássica do Plano Koeler, com o rio – nesse caso, o Rio Verna – e os lotes profundos característicos, assim como implantação com afastamentos frontais e laterais expressivos. Na contramão, a segunda apresenta implantação encosta acima, sem relação imediata com corpo hídrico, e desvinculada de morfologia urbana por meio da qual sejam facilmente reconhecíveis as premissas urbano-paisagísticas que caracterizam o conjunto tombado. O imóvel é, inclusive, elemento isolado da poligonal de tombamento (ver figura 10). Logo, não parecem ser as características paisagísticas a base da proteção, e sim o fator histórico: o que, portanto, guiou a escolha da Casa de Ana Mayworm sobre outros exemplares parecidos?

Manifestação da arquiteta Dora Alcântara pode fornecer alguns indícios. Frente à notificação de tombamento, a família Mayworm apresentou impugnação à proteção argumentando se tratar de “modesta construção, de má qualidade, sem qualquer valor arquitetônico ou artístico, em adiantado estado de ruína” (IPHAN, 1962, vol. I-A, fl. 130). A esta breve consideração, são acrescidas outras referentes à perspectiva de expressivo dispêndio financeiro para eventual restauração, com a qual os proprietários não poderiam arcar.

O memorando lavrado por Alcântara em resposta destaca os três macro-critérios que balizaram as novas inclusões no tombamento do Conjunto Urbano-Paisagístico: os rios como estruturantes do traçado urbano; a inserção harmoniosa do tecido urbano com a paisagem, e os “conjuntos arquitetônicos representativos dos vários segmentos sociais formadores da história local” (Ibidem, 1962, vol. I-A, fl. 132). Nessa perspectiva, o documento destaca, de maneira ampla, a implementação de um ordenamento territorial de matriz germânica, em oposição à matriz



portuguesa, e a adaptação de tal matriz à realizada brasileira, e tece considerações em relação ao exemplar propriamente dito:

Se o traçado urbano de Petrópolis fala desse fenômeno, em termos eruditos, a casa em questão o faz, em termos populares.

É bem uma simbiose de hábitos de viver e de construir germânicos e luso-brasileiros. “Modesta construção”, sim; e por essa razão foi escolhida, por ser a mais típica no gênero encontrada. (Ibidem, 1962, vol. I-A, fl. 133)

A decisão de tombamento foi mantida, e a proteção foi posteriormente homologada pelo ministério competente.



Figura 10: localização dos objetos de estudo em relação às manchas do tombamento 0662-T-62. Fonte: poligonais de Frederico Araújo, com pins de Thiago Fonseca.

Dora Alcântara, ao mencionar esse bem cultural em retrospecto, demonstra que a questão da autenticidade influenciou na inclusão na tutela federal. Não apenas os elementos construtivos parecem ter tido peso: o fato dos descendentes ali ainda habitarem e manterem hábitos de cultivo tradicionais foi objeto de atenção. Houve avaliação do arquiteto Günther Weimer, especialista em arquitetura de imigração, que assinalou peculiaridades físicas do exemplar:

Ela era toda em escamas, toda coberta de escamas. É bem uma tradição de uma região, não sei se é da Pomerânia (...) Dona Ana [Mayworm] tinha aquela coisa de colocar uma horta junto com um jardim na frente da casa. O irmão dela que morava perto também. Era muito curioso porque ele fazia vinhos. Ele era da



região do Reno, eles eram renanos. Fazia vinhos com as tradições do Reno mas usando frutas nossas: laranja, tangerina, jabuticaba. (...)

(...) Pelo que você me diz já está em ruínas. É uma pena. Isso merecia tanto uma recomposição, fazer dali um cantinho. Porque ela é muito genuína. E como diz o Günter, é um caso muito raro. E ele conhece bem o Rio Grande do Sul, Santa Catarina, pra ele dizer que é uma coisa rara, e ele que é especialista, ele estudou muito essa arquitetura da imigração alemã para cá, foi um tema que ele aprofundou bastante. (...) (DAMIANO, 2020, pp. 227-228)

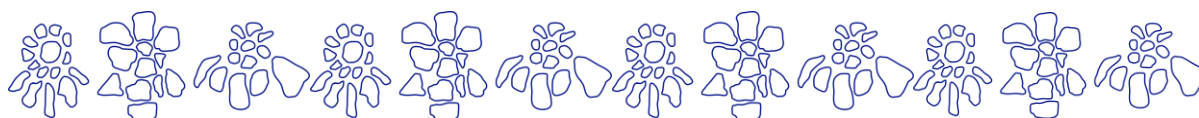


Figura 11: Rua do Imperador, 1863. Durante as pesquisas, foram localizadas fotos em que constam os revestimentos em tabuinhas ou escamas de madeira. Os achados fotográficos parecem demonstrar que essa era uma solução relativamente comum em Petrópolis no terceiro quartel do século XIX, e constituía, talvez, resposta à necessidade de proteção de empenas contra as águas das chuvas. Em outros contextos urbanos, notadamente do período colonial, solução análoga, porém, em telhas capa-canal, era utilizada. Fonte: foto de Augusto Stahl, Instituto Moreira Salles.



Figura 12: Rua de Bourbon (atual Rua Dr. Nelson de Sá Earp), 1860-1870. É possível notar o que parecem ser duas Casas de Colono, ambas com revestimentos em tabuinhas de madeira na fachada lateral. A fotografia demonstra alguns aspectos que parecem ter sido típicos nos exemplares iniciais da tipologia: implantação longitudinal em relação à via, paulatinamente substituída por uma implantação perpendicular; existência de cozinha anexa (ver o exemplar maior destacado rua acima); e o revestimento em escamas. Fonte: foto de Pedro Hees, Biblioteca Nacional, icon309852_08).

Atualmente, a Casa encontra-se abandonada, e os herdeiros vivem em imóvel contemporâneo no mesmo lote. Em 2022, foi ajuizada pelo Ministério Público Federal a Ação Civil Pública nº 5001713-66.2022.4.02.5106, em face do IPHAN e dos herdeiros, visando promover a recuperação da edificação. No processo judicial, ainda não houve sentença.



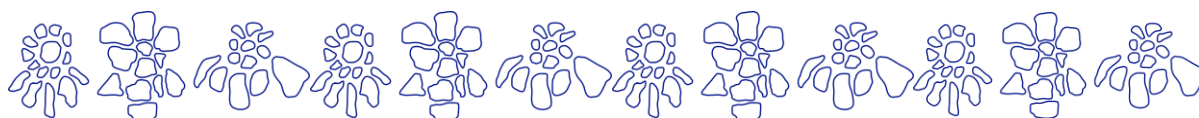
REFLEXÕES – SINGULARIDADE, AUTENTICIDADE E VERNÁCULO

Para fins de contextualização das reflexões, é pertinente resgatar o tratamento da arquitetura popular nas políticas de patrimônio cultural brasileiro. Günther Weimer (2012) lembra que a formação do IPHAN foi marcada por discursos que buscavam valorizar a arquitetura popular, principalmente através de Gilberto Freyre, Lúcio Costa e Mário de Andrade. Essa tendência, porém, não persistiu frente ao início da atuação do órgão:

(...) eventuais obras de caráter popular consideradas relevantes foram travestidas de eruditas para que pudessem ser levadas às passarelas palacianas. Esse é o caso típico da arquitetura do ciclo mineiro, quando mestres portugueses de formação artesanal foram qualificados como arquitetos eruditos na medida em que só passaram a ser valorizadas suas obras de destaque, em especial as construções religiosas. Quando isso não era possível, como no caso do mulato Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho, usou-se o expediente de contornar o problema de sua formação deficiente atribuindo-lhe qualificativos de excepcionalidade, e ele passou a ser festejado como artista máximo do período por sua pretensa genialidade. (WEIMER, 2012, pp. XXXVI - XXXVII)

Márcia Sant’Anna e Daniel Paz (2021), ao estudarem a patrimonialização da arquitetura vernacular, dividem didaticamente a atuação do IPHAN em três momentos-chave. O primeiro, compreendido pelos anos 1930 e 1940, é perpassado por debates em que a contribuição popular era percebida a partir do viés de sua contribuição para a formação de uma “civilização brasileira” (p. 14). Também havia, nesse período, preocupação com a caracterização das técnicas e materiais construtivos.

O segundo momento, compreendido pelos anos 1970 e 1980, reúne discussões acadêmicas não necessariamente ligadas ao IPHAN, a partir da formação de cursos profissionais relacionados à conservação e à restauração. O envolvimento de outras disciplinas nas discussões – a História, a Sociologia, a Filosofia, a Antropologia etc. – suscitou o questionamento das bases canônicas da patrimonialização, de “pedra e cal”, como a própria instituição convencionou (SPHAN/PRÓ-MEMÓRIA, 1980). Esses questionamentos levaram a uma abertura gradual do leque e do repertório do tombamento e de outras formas de proteção e chancelas do patrimônio cultural (FONSECA, 2005); não obstante, “arquiteturas e obras de arte de caráter mais monumental continuaram sendo os principais elementos da construção do edifício patrimonial (SANT’ANNA; PAZ, 2021).



Finalmente, após os anos 1990, o Brasil assiste a uma crescente valorização do viés popular dos bens culturais. A abordagem antropológica se consolida, e o foco passa a ser compartilhado com aspectos intangíveis, e já não mais apenas os materiais.

As discussões não estavam dissociadas do contexto internacional. Em 1964, com a Carta de Veneza anunciava que a noção de monumento histórico “estende-se não só às grandes criações, mas também às obras modestas, que tenham adquirido, com o tempo, uma significação cultural” (CURY, 2004, p. 92). Em 1999, esse documento patrimonial foi complementado pela Carta da Cidade do México, que traz as seguintes considerações:

(...) O património vernáculo é o meio tradicional e natural pelo qual as comunidades criam o seu habitat. Resulta de um processo evolutivo que inclui, necessariamente, alterações e uma adaptação constante em resposta aos constrangimentos sociais e ambientais. A sobrevivência desta tradição está ameaçada, em todo o mundo, pela uniformização econômica, cultural e arquitetônica. (...)

Devido à uniformização da cultura e aos fenômenos da globalização socioeconômica, as estruturas vernáculas são, em todo mundo, extremamente vulneráveis, porque se confrontam com graves problemas de obsolescência, de equilíbrio interno e de integração. (ICOMOS, 1999, p. 1)

O processo de tombamento 0662-T-62, referente ao Conjunto Urbano-Paisagístico da Avenida Koeler, foi iniciado antes dos questionamentos do segundo momento definido por Sant’Anna e Paz, contudo, as inclusões que levaram à inclusão da Casa de Ana Mayworm se deram no final da década de 1970 e nos anos 1980, justamente no período de questionamento da prática da patrimonialização. Assim, não surpreende o esforço de adoção de uma abordagem que buscasse entender as várias influências que a paisagem urbana petropolitana sofreu. Nesse sentido, intentava-se que, no bem tombado, estivessem contempladas as várias facetas da sociedade formadora das dinâmicas paisagísticas ali instaladas.

Por outro lado, causa surpresa que a proteção tenha passado a incluir um elemento residencial isolado do núcleo urbano que originou o tombamento. A Casa de Ana Mayworm é um ponto à parte da mancha do conjunto tombado: existe um problema de costura da narrativa desse exemplar frente aos atributos urbano-paisagísticos que são, de fato, a manifestação física dos valores que baseiam a tutela federal. Na realidade, a concepção contemporânea de paisagem é, inclusive, avessa a uma leitura fragmentária das suas relações e dinâmicas e, nesse sentido, o reconhecimento de um exemplar arquitetônico da maneira como conduzida pelo referido processo poderia ser entendido como um apêndice.



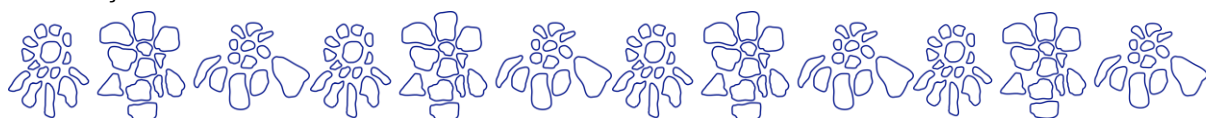
Considerando que a natureza dos valores reconhecidos pelo tombamento federal é paisagística, é válido trazer à tona recente recomendação do ICOMOS Brasil acerca do reconhecimento, planejamento e gestão das paisagens culturais:

(...) A fragmentação isola, desconecta, privilegia certas dimensões ou significados e hierarquiza seus valores tão intrinsecamente unidos e vinculados. Inobstante, não significa que as realidades, e os patrimônios (materiais, imateriais, naturais etc.) não possam, nem devam ser compreendidas tanto em sua unidade mínima (elementos ou partes) como em suas respectivas dimensões. A intenção é que sejam tratados como elementos ou partes de um sistema complexo, compreendidos em conjunto com suas relações, interações, múltiplos significados e interpretações. (ICOMOS, 2024, p. 1 – grifo meu)

De fato, a inserção isolada da Casa de Ana Mayworm para fins de representatividade dos primeiros colonos, acaba por privilegiar a dimensão de excepcionalidade, que se dá mediante a escolha dessa edificação como ilustrativa da parcela social, fortemente influenciada pela preservação de um sistema construtivo único. Nisso, o discurso se aproxima da crítica feita por Weimer (ver citação no início do tópico), e – pode-se inferir – busca em elementos singulares da matriz física a transmissão de autenticidade. Logo, nem a distância da mancha tombada foi suficiente para, junto com alguns outros pontos isolados, obstar o tombamento.

Similarmente, tampouco foi explorada a contribuição da preservação desse exemplar arquitetônico para a compreensão das dinâmicas paisagísticas que se estabeleceram em Petrópolis, e as quais basearam o acautelamento. Os genéricos apontamentos históricos e de composição de retrato da sociedade petropolitana, por exemplo, poderiam ser aprofundados e elucidar a progressiva adaptação de uma matriz de ocupação territorial baseada em um modelo agrícola a uma realidade urbana. Seria possível, inclusive, compreender eventual mudança de perfil social e do seu modo de fazer arquitetura, de forma a atender a questão da representatividade social, cara à inserção da Casa de Ana Mayworm no Livro do Tombo.

Em que pese a aspiração à representatividade histórica, ainda assim a ausência da contextualização urbano-paisagística se faz sentir no caso de Mayworm. Mesmo admitindo a posição de apartamento do núcleo, talvez outro exemplar poderia ter sido contemplado: o próprio Museu do Casa do Colono possui inserção territorial em que as relações fundiárias e com o suporte geomorfológico são compatíveis com os descritos no ato da proteção federal. À unidade museológica, entretanto, faltam elementos singulares que basearam a lógica de patrimonialização e inclusão no conjunto, posicionamento que contradiz o caráter popular dessas construções.



O Museu Casa do Colono foi objeto de processo individual. Contudo, nos longos anos que caracterizaram a sua instrução técnica, observa-se flagrante desvantagem oriunda da ausência de referências extraordinárias que ressaltassem a importância da construção. As comparações feitas nos autos destacam ora o despojamento frente a um contexto nacional maior de imigração, supostamente representado por tombamentos no sul do país, ora o desfavorecimento em relação à Casa de Ana Mayworm. Na realidade, a lógica adotada pelo IPHAN, ao negar um tombamento e promover inclusão fragmentária em outro, não é capaz de potencializar, por meio dos exemplares em questão, a compreensão da arquitetura vernacular na ocupação do território petropolitano.

Isso, inclusive, reflete uma falta de profundidade, no tombamento do Conjunto Urbano-Paisagístico, de compreensão dos momentos e fases da implantação de Petrópolis. Perdeu-se a oportunidade de estudar, de forma ampla, a evolução da ocupação do território: poderia-se, então, perceber que, da primeira geração de edificações da cidade, essas duas casas são umas das poucas sobreviventes, e refletem os modos de fazer e habitar dos primeiros imigrantes. Talvez essa perspectiva poderia, por exemplo, sustentar uma proposição de tombamento à parte de acervo arquitetônico, o qual poderia ser mais benéfico para a compreensão dos valores culturais do que a adição a um tombamento preexistente, e ofereceria, de um ponto de vista nacional, importante referência para comparação em relação a outros processos migratórios já estudados e reconhecidos por tombamento federal.

Os casos aqui apresentados demonstram que o reconhecimento da arquitetura popular esbarra em processos contraditórios de patrimonialização. As problemáticas extrapolam o campo do patrimônio cultural, e encontram dificuldades na deficiência das investigações do papel da produção arquitetônica dos primeiros colonos no contexto petropolitano, assim como a falta de sistematização de estudos acadêmicos referentes à caracterização tipológica, construtiva, suas origens e influências. Esse desafio, comum ao vernáculo, é o ponto de partida para construção do conhecimento sobre o tema, e base de processos de patrimonialização mais qualificados.

REFERÊNCIAS

COSTA, Daniella Martins (coord.). **Estudo Tipológico da Arquitetura Contextual de Petrópolis: Mapeamento tipológico das Áreas Tombadas no 1º distrito**. Rio de Janeiro: UFF/UFRJ, 2021.

CURY, Isabelle (org.). **Cartas Patrimoniais**. 3ª ed. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004.



DAMIANO, Raíssa Rangel. **Possibilidades e limites da gestão compartilhada do Conjunto Urbano e Paisagístico de Petrópolis**. Dissertação (Mestrado) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural, Rio de Janeiro, 2020.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em Processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. 2 ed. rev. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; MinC – IPHAN, 2005.

ICOMOS – Conselho Internacional de Monumentos e Sítios. **Carta sobre o Patrimônio Construído Vernáculo**. Cidade do México, 1999, tradução de Flávio Lopes e Miguel Brito Correia. Disponível em: <https://www.icomos.pt/images/pdfs/2021/40%20Carta%20patrim%C3%B3nio%20vern%C3%A1culo%201999.pdf>; acesso em 01/04/2024.

_____. **Recomendação sobre Reconhecimento, Planejamento e Gestão de Paisagens Culturais**. Publicação online. Belo Horizonte: ICOMOS, 2024. Disponível em: https://ugc.production.linktr.ee/6fec8e9e-fc3f-4d0b-ba54-623ba5d1ae54_2024-CCBR-Recomendacao-Paisagem-Cultural.pdf; acesso em 26/04/2024.

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Processo de Tombamento nº 0662-T-62: Conjunto Urbano-Paisagístico constituído pela Av. Koeler – Petrópolis/RJ**. Disponível no Arquivo Noronha Santos – IPHAN, e no Sistema Eletrônico de Informações SEI sob o número 01458.000140/2022-96.

_____. **Processo de Tombamento nº 884-T-73: Museu do Colono, no município de Petrópolis, estado do Rio de Janeiro**. Disponível no Arquivo Noronha Santos – IPHAN, e no Sistema Eletrônico de Informações – SEI sob o número 01458.001165/2012-35.

_____. **O patrimônio cultural da imigração em Santa Catarina**. Brasília: Iphan, 2011.

MESQUITA, Claudia Baima; VIEIRA, Ana Carolina; GÓES, Alexia Cantreva de. Estudos preliminares do Museu Casa do Colono (Petrópolis/RJ): da casa arquitetonicamente simples à complexidade de um museu para a memória da cidade. Seminário Internacional Museografia e Arquitetura de Museus, 6., 0 Recife/Petrópolis, 2019. **Anais...** Recife/Petrópolis, 2019. Disponível em: https://arquivomuseus.arg.br/seminario2019/pdf/artigos/eixo_3-cultura_e_documentacao/e3a4_mesquita_vieira_e_goes.pdf; acesso em 25/02/2024.

MORAES, Nathalia Coelho Sozzi de. A construção da imagem de “Cidade Imperial” e seus reflexos no espaço urbano de Petrópolis/RJ. **Revista Fórum Patrimônio: Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável**. Belo Horizonte, v. 12, n. 1, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/forumpatrimo/article/view/42338>; acesso em 21/02/2024.

PEREIRA, Júlia Wagner. **Os imigrantes na formação do Brasil: a imigração de alemães nos séculos XIX e XX**. Monografia (especialização Patrimônio). Rio de Janeiro: IPHAN/UNESCO, 2006. (Observação: existe cópia anexada ao IPHAN, 1973)



PIMENTEL, Ascânio Dá Mesquita. **Elevação de Petrópolis a cidade**. Conferência realizada no Instituto Histórico de Petrópolis em 29/09/1939. Disponível em: <https://ihp.org.br/?p=5145>; acesso em 24/03/2024.

PLUM, Marisa Guadalupe. Museu Casa do Colono em Petrópolis. Encontro Luso-Brasileiro de Museus Casas: espaço, memória e representação, 3., Rio de Janeiro, 2010. In: PESSOA, Ana; RANGEL, Aparecida (orgs.). **III Encontro Luso-Brasileiro de Museus Casas**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2014, pp. 241-246. Disponível em: http://antigo.casaruibarbosa.gov.br/arquivos/file/anais_do_III_Encontro_Luso_Brasileiro_de_Museus_Casas.pdf; acesso em 26/02/2024.

RABAÇO, Henrique José. **História de Petrópolis**. Petrópolis: Instituto Histórico de Petrópolis, 1985.

RESENDE, Regina Helena de Castro; KNIBEL, Carolina Moreira da Silva. **Almanaque de Petrópolis: os imigrantes e a formação de Petrópolis**. Petrópolis: Museu Imperial, n. 6, maio de 2018. Disponível em: <https://museuimperial.museus.gov.br/wp-content/uploads/2020/11/ALMANAQUE-6.pdf>; acesso em 15/03/2024.

RÖLKE, Helmar. **Raízes da imigração Alemã: história e cultura alemã no Estado do Espírito Santo**. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2016. Disponível em: https://ape.es.gov.br/Media/ape/PDF/Livros/APEES_23_Ra%C3%ADzes_da_Imigra%C3%A7%C3%A3o_Alem%C3%A3_Helmar_R%C3%B6lke.pdf; acesso em 24/03/2024.

SANT'ANNA, Marcia; PAZ, Daniel. A arquitetura popular na constituição e consolidação do campo do patrimônio no Brasil. In: Seminário de Arquitetura Vernácula-Popular, 3., Salvador, UFBA. **Anais...** Salvador: UFBA, 2021. Disponível em: <https://even3.blob.core.windows.net/anais/448013.pdf>; acesso em: 01/04/2024.

SANTOS, Samantha Becker dos. **Proposta de revitalização para o Museu Casa do Colono em Petrópolis-RJ**. Monografia (graduação em Arquitetura e Urbanismo). Petrópolis: Universidade Católica de Petrópolis (UCP), 2019. Disponível em: <https://www.museucasadocolono.com.br/publica%C3%A7%C3%A3o-de-artigos-artigos-cient%C3%ADficos-monografias-e-teses>; acesso em 21/04/2024.

SPHAN/PRÓ-MEMÓRIA. **Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil: uma trajetória**. Brasília: Sphan/Pró-Memória, 1980. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Protecao_revitalizacao_patrimonio_cultural\(1\).pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Protecao_revitalizacao_patrimonio_cultural(1).pdf); acesso em 02/01/2023.

WEIMER, Günter. **Arquitetura popular brasileira**. 2ª ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012.

